



Boletim NEIT – Número 2 – Novembro de 2003

SEÇÃO 1	Panorama Setorial : Indústria Farmacêutica Estrutura e desempenho recente no Brasil
SEÇÃO 2	Tópico Especial : Acordo Bilateral Brasil-México Cenário para avaliação dos impactos
SEÇÃO 3	Conjuntura da Indústria Desempenho comercial e nível de atividade

Panorama Setorial : Indústria Farmacêutica

Relevância

A indústria farmacêutica fatura no Brasil cerca US\$ 6,4 bilhões. No mundo, cerca de US\$ 400 bilhões

A indústria farmacêutica tem fundamental importância para a economia brasileira. Não apenas por ser fornecedora de bens essenciais mas também porque é um segmento produtivo dependente e difusor de desenvolvimento tecnológico. Além disso, é um setor sensível a políticas públicas, sobretudo pelo poder de compra do Estado, o maior comprador de remédios do país.

Do ponto de vista econômico, acrescenta-se ainda que é uma indústria altamente deficitária em seu comércio exterior, tendo acumulado déficit de mais de US\$ 15 bilhões entre 1996 e 2002. A estrutura industrial, segundo dados da PIA-IBGE de 2001 (último ano disponível), era composta por cerca de 780 empresas, com mais de 88 mil funcionários e faturamento próximo a US\$ 6,4 bilhões, sendo que 66% desta receita são de responsabilidade de empresas de capital estrangeiro. Isto significou uma participação de 2,5% no valor agregado pela indústria brasileira, ainda segundo informações da PIA-IBGE. Em termos comparativos, ressaltou-se que em 1996 a participação da farmacêutica no PIB industrial do país era pouco menor que 3,5% e a participação das empresas transnacionais nas vendas setoriais não chegava a 52% do total. Mundialmente a indústria farmacêutica faturou US\$ 424 bilhões em 2002 e US\$ 396 bilhões em 2001.

Características competitivas

As 4 maiores empresas do mundo concentram quase 1/3 das vendas e gastam, em média, 11,2% de seu faturamento em P&D.

A indústria farmacêutica apresenta um padrão oligopólico de concorrência, baseado na inovação tecnológica e na propriedade intelectual, exercida sob a forma de patentes (em marcas, princípio ativo, processo produtivo ou forma de ação no organismo). Rendas monopólicas garantidas por patentes implicam, por um lado, em grande esforço inovativo, explicitado por crescentes e elevados gastos em P&D e, por outro, em grande concentração do capital. Em 2001, por exemplo, as vendas das quatro maiores companhias do mundo respondiam por cerca de 32% do total do setor. Em 2000, estas mesmas quatro empresas investiram em conjunto quase US\$ 13,5 bilhões em P&D. Para cada uma delas o esforço tecnológico representou, em média, 11,2% do faturamento. São elevados também o grau de internacionalização das empresas e o nível de comércio internacional intra-firma.

No entanto, as empresas competem não apenas nos segmentos patenteados, ocupados essencialmente pelas grandes players mundiais, mas também em medicamentos desenvolvidos a partir do mesmo princípio ativo (com patentes vencidas), chamados de similares e/ou em medicamentos comercializados sob o nome do princípio ativo, chamados de genéricos. No caso dos similares, o padrão de concorrência depende de atributos tais como marca e distribuição. No caso dos genéricos, a concorrência se dá principalmente via preços. Nestes dois casos, empresas de menor porte e pouco internacionalizadas podem encontrar espaço de atuação, tal como vem ocorrendo no Brasil.

Finalmente, o segmento é muito sensível à regulação econômica (aprovação e controle de medicamentos, defesa da concorrência, entre outras formas) e a políticas



públicas em geral, tais como compra governamentais e tributação, o que lhe confere um padrão de concorrência e atuação estratégica ainda mais particular. Esse segmento também se revela sensível a alterações no nível de renda da população.

O setor no Brasil: desempenho recente

Em 2003, os índices de produção da indústria farmacêutica brasileira permanecem em desaceleração. Em relação ao segundo quadrimestre de 2002, a produção recuou quase 20% em 2003 (ver gráfico 1.1), explicitando que a recuperação deste setor será lenta.

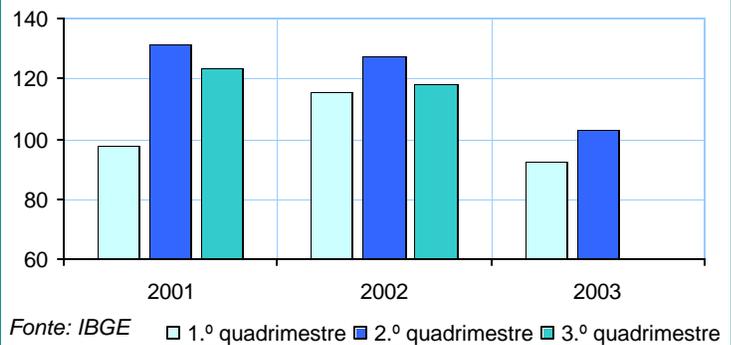
Já com relação ao comércio exterior, verifica-se, no primeiro semestre de 2003, a estagnação das exportações. Embora os principais destinos dessas exportações continuem sendo o Mercosul e a Aladi, a participação do NAFTA mantém o nível atingido no ano anterior, de cerca 16%, conforme mostra o gráfico 1.2. Em 2003, as importações de fármacos se mantiveram estáveis em relação ao primeiro semestre de 2002, em torno de US\$ 600 milhões. Dado o desaquecimento da demanda neste período, explicita-se, mais uma vez, a excessiva dependência de importações, o que significou um déficit acumulado de US\$ 1,1 bilhão no primeiro semestre de 2003. Ressalte-se que, graças à desvalorização cambial registrada no período, esta dependência causou também alta nos preços de medicamentos.

O setor no Brasil: perspectivas

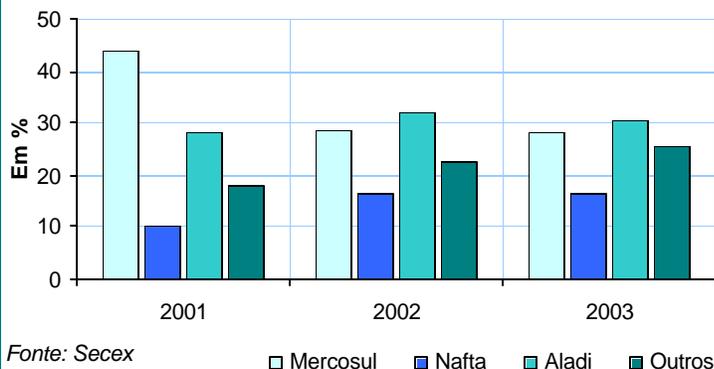
Nos últimos anos, três importantes mudanças institucionais transformaram a indústria farmacêutica no Brasil. Em primeiro lugar, a liberalização comercial promovida desde fins dos anos 80 e intensificada na segunda metade dos 90, ampliou significativamente o coeficiente de importação do setor, que era de cerca de 6,7% em 1990 e atingiu mais de 24% em 2001. Em segundo lugar, a nova lei de patentes, que entrou em vigor em 1997, impediu estratégias, bastante difundidas até esse momento, de produção de medicamentos similares, a partir da cópia de patentes internacionais, vencidas ou não. Estimulou-se, desta forma, importações de medicamentos acabados, com reflexos negativos sobre o valor agregado na indústria brasileira, e sobre

O México absorve mais de 70% das exportações brasileiras para o NAFTA.

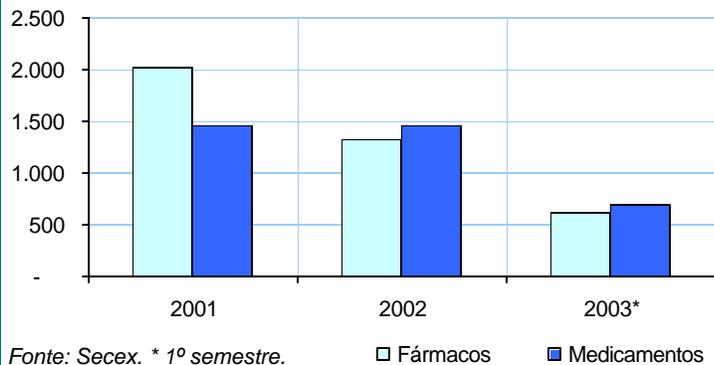
1.1 Índice de produção física da indústria farmacêutica sem ajuste sazonal (base: média de 1991 = 100)



1.2 Destino das exportações farmacêuticas brasileiras



1.3 Importações da Indústria Farmacêutica brasileira (em US\$ milhões)





O estímulo à produção interna de genéricos pode estimular o desenvolvimento da produção interna de fármacos.

preços domésticos. Finalmente, instituiu-se uma Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável por regulamentar e controlar o setor, e implementou-se, a partir de 2000, uma política de medicamentos genéricos, antes ausentes do mercado brasileiro. O efeito foi muito significativo. Desde 2000, foram registrados na Anvisa 944 medicamentos genéricos, pulverizados sob 3580 formas de apresentação: em 2003, estima-se que os genéricos representarão 10% do mercado farmacêutico brasileiro, com importantes reflexos sobre o desenvolvimento do setor.

De fato, 56% dos genéricos comercializados no país são produzidos localmente, e os três laboratórios líderes são de capital nacional. Ainda há nesse mercado subsidiárias de grandes laboratórios, como a Novartis e a Abbott, e algumas empresas internacionalmente especializadas na produção de genéricos, como a canadense Apotex e as indianas Hexal e Cipla, participem ativamente deste segmento específico.

Esse incentivo à indústria farmacêutica nacional pode representar a criação de um mercado interno para fármacos que não passa pela estrutura do comércio intrafirma praticado pelas subsidiárias dos grandes laboratórios transnacionais. Dessa forma, pode-se estar abrindo uma possibilidade para a capacitação e o fortalecimento da indústria nacional de fármacos, subsetor em que o país se encontra fortemente dependente de importações e que hoje responde por mais da metade das importações brasileiras no setor farmacêutico. Somadas à política de genéricos, outras medidas poderiam contribuir para o fortalecimento e crescimento sustentável desse setor no país. Entre elas, poderíamos citar: i) a aprovação, na OMC, da proposta diplomática brasileira de quebra de patentes em caso de epidemias; ii) a aplicação de políticas de compras governamentais de forma mais efetiva; iii) políticas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, explorando o imenso potencial biotecnológico do país e; iv) políticas de negociação com as empresas transnacionais, objetivando processos de substituição competitiva de importações.

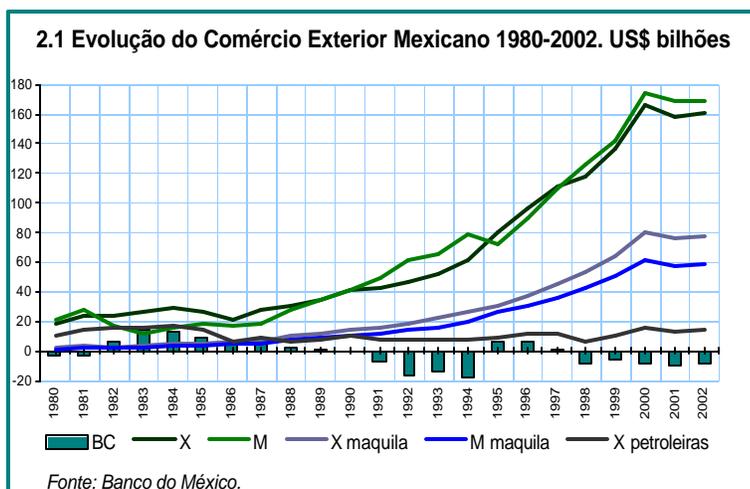
Tópico Especial: Acordo Bilateral Brasil-México

Panorama recente da economia Mexicana

Nos 90, o México cresceu, em média, a 3,5% a.a., contra 0,6% nos 80. O Brasil cresceu a 2,6% a.a. nos 90 contra 1,5% nos 80.

O México foi um dos pioneiros, entre os países latino-americanos, na adoção de medidas de liberalização comercial e financeira. Esse país iniciou, a partir de meados da década de 80, uma forte mudança na sua inserção externa, tanto no que se refere ao comércio quanto à estrutura patrimonial de sua economia. Nesse sentido, abandonou um padrão baseado em exportações petrolíferas por outro no qual se constituiu uma forte indústria de montagem (maquila) - primordialmente de automóveis e produtos eletro-eletrônicos - voltada especialmente para o mercado norte-americano.

Com esta guinada, o comércio exterior mexicano se intensificou sobremaneira, principalmente após a desvalorização de 31% do peso mexicano e da entrada do país no NAFTA, ambas em 1994, obtendo um vigoroso crescimento médio anual das exportações de 14,6% na década de 90. O valor das exportações e importações sobre o PIB cresceu muito durante a década, chegando na casa dos



O déficit comercial mexicano foi de US\$ 7,9 bi em 2002 contra um superávit de US\$ 36,5 bi com os EUA.

50%. No entanto, como indica o gráfico 2.1, o crescimento das exportações foi acompanhado de perto pelas importações, revelando a característica montadora da base exportadora.

Durante a década de 90 a maquila representou, em média, 40,7% das exportações totais mexicanas, aumentando sua participação no triênio 2000-2002 para 48,3% (ver tabela 2.1). A maquila, apesar de importar muito tem gerado superávits crescentes. Em 2002, por exemplo, exportou US\$78,1 bilhões – mais de 95% desse valor para os EUA – e importou US\$59,3 bilhões, com o que o país obteve US\$18,8 bilhões de saldo comercial. A partir de 1999, se somam ao superávit da maquila, as crescentes receitas das exportações petrolíferas ajudadas pela alta de seu preço. Ainda assim, o país vem obtendo, desde 1998, déficits comerciais globais (não tão expressivos quanto os níveis pré-crise de 1994). Esses dados evidenciam a especialização comercial mexicana: superavitária com os EUA, graças à maquila e deficitária com o resto do mundo.

A participação americana nas exportações da maquila oscilou ao redor de 98% entre 1999 e 2002.

O destino das exportações mexicanas é altamente concentrado nos EUA, chegando a 89% do total exportado em 2002. É curioso observar que também as importações mexicanas são concentradas nos EUA, tendo, no entanto, diminuído sua participação na pauta de 74% em 1995 para 63% em 2002. Neste sentido os EUA são mais importantes como destino do que como origem do comércio mexicano. O México detém fatias relevantes do mercado americano e canadense de produtos eletro-eletrônicos, especialmente televisores em que detinha 69,5% das importações efetuadas por estes países.¹

Um dos fatores que ameaçam a hegemonia mexicana na pauta estadunidense de produtos eletro-eletrônicos e em outros setores é o recente aumento da concorrência com os produtos chineses. Além disso, a extrema dependência do mercado americano explica a estagnação do fluxo de comércio e do crescimento econômico desde 2001, quando a economia americana desacelera. Este é um caso comum em grande parte das economias da América Central e Caribe.

Em virtude da recessão norte-americana, a maquila demitiu 258 mil dos seus 1347 mil trabalhadores entre outubro de 2000 e setembro de 2002².

O *drive* exportador mexicano é fortemente relacionado à entrada de IDE no país, principalmente do IDE americano que representou, em 2002, 70% do total e 88,6% do IDE na indústria maquiladora (tabela 2.1). Se de 1990 a 1994 o México recebeu, em média US\$6,2 bilhões por ano em IDE, o Brasil foi destino de apenas US\$0,9 bilhão. Este quadro comparativo muda radicalmente a partir do Plano Real. Em médias anuais, de 1996 a 2000, o México recebeu US\$13,1 bilhões em IDE, enquanto o Brasil recebeu US\$22,5 bilhões. Para este mesmo período, no México, o IDE direcionado à indústria maquiladora participou, em média, com 17% do IDE total, constituindo 32% do IDE direcionado à indústria manufatureira.

O IDE direcionado ao setor de serviços, especificamente ao setor financeiro, tem adquirido maior relevância desde 2000, com importantes aquisições que elevaram para 90% a participação estrangeira no setor bancário mexicano (tabela 2.1)².

Os saldos negativos da balança comercial mexicana desde 1998 têm sido acompanhados de vultosos juros e rendas pagas ao exterior, compondo uma conta corrente persistentemente negativa (US\$ -18,2 bi em 2000, US\$ -18,0 bi em 2001 em US\$ -14,1 bi em 2002)³. Esta tendência tem sido minorada pelas transferências de residentes mexicanos no exterior que, somadas às outras transferências correntes, alcançaram a cifra de US\$10,3 bilhões em 2002. Não obstante, as necessidades de financiamento externo do país persistem razoavelmente altas.

¹ Dados contidos em *Foreign Investment in México after Economic Reform*. Serie Estudios y Perspectivas, Cepal, México, 2002.

² *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. Cepal, Santiago, 2002.

³ Os dados para 2002 são preliminares. Dados de balanço de pagamentos retirados de *Situación y perspectivas - Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2002-2003*. Cepal, Santiago, 2003.

Tabela 2.1 Quadro Comparativo Brasil-México.

Desempenho Interno ¹	1990-94 (média anual)		1996-00 (média anual)		2001	2002 (a)	2003 (b)
	PIB ² (US\$ Bilhões) Méx	361,9	363,2	428,7	474,0	477,8	485,0
Bra	592,7	665,4	707,5	749,5	760,0	771,4	
Var. Real PIB % Méx	3,5	-6,2	5,6	-0,4	0,8	1,5	
Bra	2,8	4,2	2,0	1,5	1,4	1,5	
PIB Manufatura/ PIB % ³ Méx	19,1	19,1	20,8	20,5	-	-	
Bra	21,3	21,2	20,4	19,8	-	-	
Inflação % ⁴ Méx	7,1 ⁷	52,0	21,0	4,4	5,7	2,9	
Bra	916,4 ⁷	22,4	7,9	7,7	12,5	16,6	
Comércio Exterior ⁵ (US\$ bilhões - FOB)	1990-94 (média anual)		1996-00 (média anual)		2001	2002 (a)	2003 (b)
Exportações Méx	48,5	79,5	125,3	158,4	160,8	162,3	
Variação Bra	10,6%	30,6%	14,8%	-4,8%	1,5%	0,9%	
Bra	36,2	46,5	51,0	58,2	60,4	69,4	
Variação Méx	8,5%	6,8%	3,6%	5,7%	3,7%	15,0%	
Importações Méx	59,7	72,5	128,2	168,4	168,7	167,8	
Variação Bra	17,5%	-8,7%	18,2%	-3,5%	0,2%	-0,5%	
Bra	24,1	49,8	55,2	55,6	47,2	47,5	
Variação Méx	12,5%	50,5%	1,1%	-0,4%	-15,0%	0,5%	
Saldo Méx	-11,2	7,1	-2,9	-10,0	-7,9	-5,5	
Bra	12,1	-3,3	-4,2	2,6	13,1	21,9	
Grau de Abertura ⁶ Méx	30,6%	53,0%	57,0%	52,9%	-	-	
Bra	13,4%	13,7%	15,5%	22,4%	-	-	
Comércio Exterior Detalhado ⁵ (US\$ bilhões - FOB)	1990-94 (média anual)		1996-00 (média anual)		2001	2002	2003
Participação dos EUA nas X Méx	85,0% ⁷	83,3%	86,8%	88,5%	89,0%	-	
Bra	20,8%	18,7%	20,4%	24,4%	25,4%	-	
Participação dos EUA nas M Méx	28,0% ⁷	74,4%	74,4%	67,6%	63,2%	-	
Bra	21,4%	21,1%	23,1%	23,2%	21,8%	-	
Saldo c/ EUA Méx	-3,1 ⁷	12,4	14,1	26,5	36,5	-	
Bra	2,4	(1,8)	(2,3)	1,3	5,1	-	
Exportações Maquila Méx	19,3	31,1	55,7	76,9	78,1	-	
Participação Bra	39,4%	39,1%	43,8%	48,5%	48,6%	-	
Importações Maquila Méx	14,6	26,2	44,3	57,6	59,3	-	
Participação Bra	24,4%	36,1%	34,4%	34,2%	35,2%	-	
Saldo Maquila Méx	4,7	4,9	11,4	19,3	18,8	-	
Exportações Petroleras Méx	8,3	8,4	11,3	12,8	14,5	-	
Investimento Direto Externo	1990-94 (média anual)		1996-00 (média anual)		2001	2002	2003
Entrada Líquida de IDE ⁹ Méx	6,2	9,6	13,1	26,2	14,6	-	
Variação Bra	54,6%	-35,9%	12,7%	63,0%	-44,2%	-	
Bra	0,9	3,3	22,5	24,7	14,1	-	
Variação Méx	41,5%	126,7%	28,3%	-19,0%	-43,0%	-	
IDE/PIB ² Méx	1,7%	2,7%	3,0%	5,5%	3,1%	-	
Bra	0,2%	0,5%	3,2%	3,3%	1,9%	-	
IDE dos EUA ⁹ Méx	-	65,8%	64,0%	76,9%	69,9%	-	
IDE Maquila / IDE Total Méx	-	14,2%	16,6%	8,3%	14,0%	-	
IDE Maquila dos EUA ⁹ Méx	-	87,2%	86,9%	86,1%	88,6%	-	
IDE por Setor no México ⁹ Manufatura	-	58,2%	61,8%	21,2%	44,3%	-	
% Maquila	-	28,2%	31,6%	39,1%	40,4%	-	
Serviços Fina	-	12,8%	13,8%	54,9%	27,1%	-	
Outros	-	29,0%	24,4%	23,9%	28,6%	-	

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes indicadas. (a) dados preliminares, (b) estimativa. ¹ Fonte: CEPAL; ² Preços constantes de 1995; ³ A preços constantes de 1990; ⁴ Preços ao consumidor, variações de dezembro a dezembro exceto 2003 cuja variação é de junho de 2002 a junho de 2003; ⁵ Fonte: Banco Central do México e MDIC. 2002 e 2003: Estimativas da CEPAL; ⁶ O grau de abertura é igual às exportações somadas às importações sobre o PIB em valores correntes retirados da CEPAL; ⁷ Corresponde aos valores de 1994 apenas; ⁸ Fontes: México - Banco Central do México (1990-1993) e Secretaria de Economia do governo federal mexicano (1994-2002), a partir de metodologias diferenciadas; Brasil - Banco Central do Brasil, linha 2421 do SST (Investimento Direto Líquido); ⁹ Não inclui as linhas Reinvestimento de Utilidade e Contas Entre Companias de 1994-1998. A partir de 1999 incluem-se tais linhas.



Comércio Bilateral Brasil-México

O resultado comercial brasileiro foi de US\$ – 1,3 bi em 1999 e de US\$13,1 bi em 2002. Com o México foi de US\$ 450 milhões em 99 e US\$ 1,8 bi em 2002.

O México é um importante parceiro comercial brasileiro, o 6º maior destino de nossas exportações em 2002, e tem contribuído de maneira positiva para os saldos comerciais brasileiros nos últimos anos. A participação mexicana nas exportações brasileiras cresceu muito desde 1999, passando de 2,2% neste ano para quase 4% em 2002 e 2003. Nas importações, entretanto, a participação mexicana manteve-se estável e próxima a 1,2% até dezembro de 2002. O resultado desse processo é um aumento

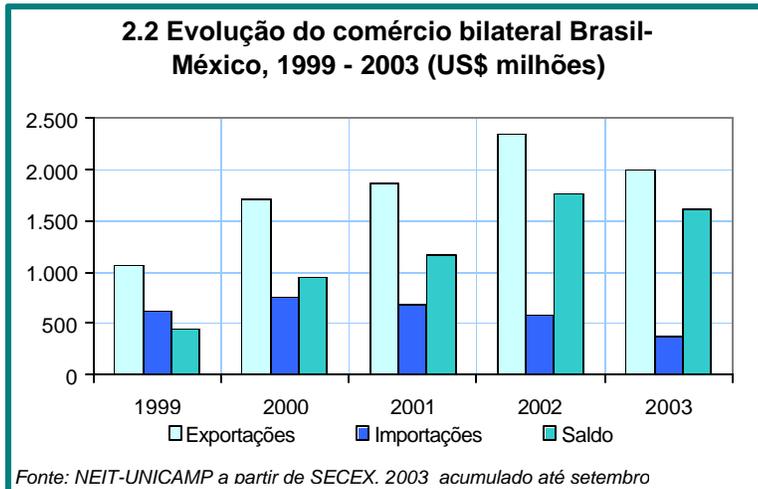
expressivo do superávit comercial brasileiro com o México no período considerado (gráfico 2.2). Importante ressaltar que, mesmo em 1999 e 2000, quando o Brasil ainda apresentava elevados déficits comerciais nas suas relações com o resto do mundo, o resultado do comércio com o México já era superavitário.

As exportações brasileiras para o México têm seguido um comportamento ascendente desde o ano 2000, quando apresentou o vigoroso crescimento de 60% em relação a 1999. Nos três primeiros trimestres deste ano, apresentam um crescimento de 20% em relação ao mesmo período do ano de 2002, permitindo inferir que o ano de 2003 está seguindo a tendência dos anos anteriores. No que tange às importações, aquelas provenientes do México têm seguido a tendência de queda das importações globais brasileiras desde 2000.

Nossas vendas para o México, no entanto, representaram apenas 1,4% das importações totais mexicanas em 2002. Da mesma forma, nossas compras do México representam meros 0,4% das exportações totais mexicanas (o Brasil é apenas o 11º maior destino). Sob este prisma, o Brasil continua um mercado de pouca relevância para o México, na medida em que este optou por um padrão de comércio altamente voltado para os EUA e demais países europeus. Os principais destinos das exportações mexicanas na América Latina são: Venezuela, Colômbia, Guatemala e Brasil. O Brasil foi o 9º maior exportador para o México em 2002 - competindo com os países asiáticos e europeus - e o principal exportador da América Latina.

Alguns setores, destacados no gráfico 2.3, foram particularmente importantes para o aumento da contribuição mexicana ao superávit comercial brasileiro. O setor automotivo mostrou-se extremamente dinâmico, refletindo o acordo bilateral setorial. As exportações brasileiras de automóveis, caminhões e ônibus para o México cresceram 250% entre 1999 e 2003, refletindo o acordo bilateral setorial. No mesmo período, as exportações globais brasileiras desse setor cresceram apenas 38%. Da mesma forma,

as exportações brasileiras de outros veículos e peças também cresceram mais para o México do que para o resto do mundo, apesar da queda da participação desse setor no comércio





bilateral. O setor automotivo como um todo (incluindo autopeças) responde por mais da metade das exportações brasileiras para o México. É interessante notar a diferença entre a indústria de autopeças brasileira e a mexicana referente participação nacional no mercado interno (Indicador da FIESP definido como o consumo de produtos nacionais sobre o consumo interno). Enquanto este índice alcançou 83% no Brasil em 2000, a indústria mexicana atendeu apenas 15% de seu mercado em 1998.

Outros setores nos quais as exportações para o México cresceram significativamente mais do que as exportações totais brasileiras foram siderurgia (laminados de aço e produtos siderúrgicos básicos) e fabricação de máquinas e equipamentos e equipamentos eletrônicos. No entanto este também tem grande peso na pauta de importações provenientes daquele país, com uma participação próxima de 20%. Outras indústrias importantes do lado das importações são a farmacêutica e de tintas.

A elevada concentração do comércio do Brasil com o México é evidenciada pela participação dos principais produtos na pauta, tanto de exportação quanto de importação. Em relação às exportações brasileiras para o México, os 5 produtos com maior participação representam aproximadamente 45% de todas as exportações para este país em 2002, sendo que somente o maior produto (automóveis com cilindrada entre 1500 e 3000 cm³) detinha 33% de participação no total exportado. É importante destacar que, dentre os 20 principais produtos exportados, 10 pertencem ao setor automotivo.

Por outro lado, os 20 principais produtos importados representam cerca de 47% de todas as importações brasileiras do México. Apenas os três primeiros produtos da lista ocupam uma fatia equivalente a pouco mais de 20%, são eles: automóveis de 1000 cilindradas, partes para aparelhos transmissores receptores e outros motores de explosão para veículos. No entanto, convém ressaltar que os automóveis de 1000 cilindradas apresentam uma tendência de participação decrescente nas importações brasileiras do país. O forte declínio nas importações destes produtos é reflexo da retração do mercado interno e da desvalorização cambial, que encareceu o bem importado.

O acordo bilateral de comércio

Com o objetivo de efetivar algumas das intenções contidas no Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a ALADI, o Brasil assinou com o México, em 2002, dois acordos de complementação econômica, o ACE53 para uma gama de 796 produtos e o ACE55, exclusivo para o setor automotivo.⁴ Ambos prevêem agendas de redução tarifária para aqueles produtos que cumprirem as demandas do regime de origem. Dentre os 10 produtos mais comercializados entre os dois países, que somam 51% do volume total de comércio, 8 estão contemplados nos ACEs.

No caso automotivo, setor mais relevante no comércio bilateral, o acordo implicou um corte tarifário de 100% para autopeças e uma agenda de redução à zero das tarifas sobre automóveis e veículos de peso bruto total inferior a 8.845kg até o segundo ano de vigência. Para veículos do tipo tratores agrícolas, colheitadeiras e máquinas rodoviárias autopropulsadas está prevista uma agenda heterogênea que alcançará 0% de alíquota para todos os produtos a partir do quarto ano de acordo.

Entre os itens mais polêmicos do acordo está a questão do regime de origem, em função das dificuldades de mensuração e fiscalização.

Um segundo ponto importante é a diferença, em termos de competitividade, do setor automotivo nos dois países⁵, que pode vir a abalar seriamente o presente padrão do comércio bilateral. Embora o México detenha uma parcela maior do mercado mundial de automóveis do que o Brasil (4,2% contra 0,7%, segundo dados da FIESP) essa participação é reflexo da inserção mexicana no mercado norte-americano. À parte autopeças, esta indústria tinha um índice de receita líquida de vendas por trabalhador ocupado em torno de US\$291.833 em 1998, enquanto no Brasil tal índice era de US\$201.022 em 2000 (dólares correntes). No entanto, o valor agregado na indústria automotiva (como proporção da

⁴Os acordos podem ser acessados em <http://www.mdic.gov.br/comext/deint/mercmex/complemmex.htm>

⁵ Indicadores disponíveis em http://www2.ciesp.org.br/sic/vis_indices.asp.



receita líquida de vendas) é de 30,82% no Brasil contra 16,84% no México. Assim, pequenas variações no desempenho deste setor terão efeitos proporcionalmente maiores no PIB brasileiro do que no mexicano.

Até agora, o acordo automotivo entre os dois países parece estar beneficiando sobremaneira os produtores de automóveis brasileiros. É bom lembrar que, antes mesmo do ACE55, já havia, entre os dois países, um outro acordo de comércio sobre o setor automotivo. Assim, o setor automotivo brasileiro – em virtude de sua maior competitividade e da retração da demanda doméstica de automóveis nos últimos anos – está aproveitando a oportunidade para bater recordes de exportação de veículos para o México. Porém, num cenário de crescimento sustentado da demanda doméstica é possível que se observe uma redução das exportações desse setor, em virtude da redução do excedente exportável.

Perspectivas

Nos anos 90, o México rumou para um padrão de inserção externa bastante diferenciado do brasileiro. Em grande parte esta mudança foi viabilizada pela entrada massiva de IDE americano naquele país. Constituiu-se, assim, uma indústria maquiladora que teve a garantia da abertura do mercado americano aos produtos mexicanos através do NAFTA. O papel decisivo dos EUA como incentivador e sustentáculo desta guinada mexicana ficou ainda mais claro a partir da crise de 1994. Deste momento em diante o México se torna uma economia com um grau de abertura externa bastante expressivo, no entanto cada vez mais dependente do mercado americano como fonte de saldos comerciais para minorar o impacto negativo dos saldos com o resto do mundo. Este padrão de extrema dependência dos EUA e de uma indústria que agrega pouco valor dentro do país tem se revelado pouco promissor com a desaceleração da economia americana e a valorização do euro frente ao dólar.

Conjuntura da Indústria: terceiro trimestre de 2003

As exportações brasileiras no 3º trimestre de 2003 cresceram 10% em relação ao 2º e 7,1% em relação ao mesmo período de 2002.

Características gerais

Continua forte a tendência de aumento das exportações brasileiras no terceiro trimestre de 2003, proporcionando um superávit acumulado de US\$ 17,8 bilhões de janeiro a setembro deste ano. Se acrescentarmos os dados preliminares do primeiro mês do último trimestre, o superávit acumulado cresce para US\$ 20,3 bilhões, graças ao recorde de exportações registrado em outubro. Nesse mês, as exportações foram próximas a US\$ 7,6 bilhões, o que significou um expressivo aumento de 16,9% em relação ao mesmo mês de 2002.

As importações, por outro lado, depois de um longo período de desaceleração, voltam a apresentar sinais de crescimento em relação ao trimestre imediatamente anterior, o que contribuiu para desacelerar a tendência de aumento do saldo verificada no primeiro semestre do ano. Apesar do crescimento em relação ao trimestre anterior, as importações continuam num nível inferior ao observado no mesmo período de 2001 e 2002. A possibilidade concreta de aumento das importações nos próximos meses depende da recuperação do nível de atividade doméstica, fato que os dados sobre produção industrial começam a apontar, embora de maneira incipiente.

Desempenho setorial

No 3º trimestre, as importações cresceram 8,9% em relação ao 2º e caíram 6,1% em relação ao mesmo período de 2002.

O aumento do saldo comercial brasileiro nesse terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior pode ser, em sua maior parte, atribuído à variação no saldo de alguns poucos setores.

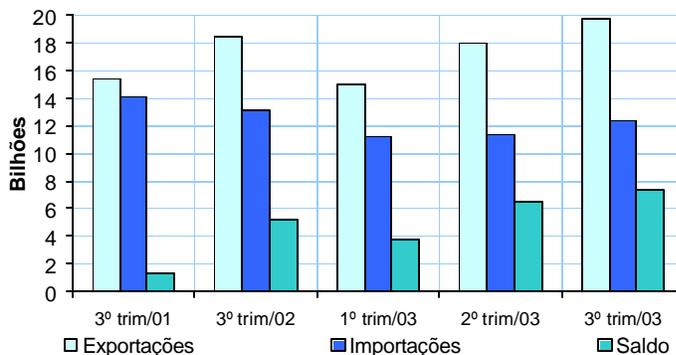
O setor de fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico contribuiu com 12% dos mais de 40% de aumento do saldo comercial no período considerado. Essa contribuição está relacionada com a substantiva redução do déficit comercial do setor (mais de 80%), principalmente em virtude da redução em suas importações associada à recessão doméstica.

O saldo comercial brasileiro cresceu 40% em relação ao terceiro trimestre de 2002.

Nos demais setores selecionados, o aumento do saldo está relacionado muito mais ao aumento das exportações do que à redução das importações. Estes setores contribuíram de forma decisiva para alavancar o crescimento das exportações nesse trimestre, em virtude de seu desempenho e participação na pauta. Entre eles, setores tradicionalmente superavitários, como o setor de fabricação de automóveis, caminhões e ônibus (com um crescimento de 39% em relação ao terceiro trimestre de 2002) e abate e preparação de carnes (27%). Em outros setores como o de refino de petróleo e indústria petroquímica (21%) e a fabricação de máquinas e tratores (28%), o crescimento das exportações contribuiu de forma significativa para a redução dos seus déficits comerciais no período considerado. Esses setores, representam mais de 20% das exportações brasileiras e contribuíram com mais de US\$ 900 milhões do US\$ 1,3 bi de aumento nas exportações verificado no último trimestre em relação a 2002. Todos esses setores também

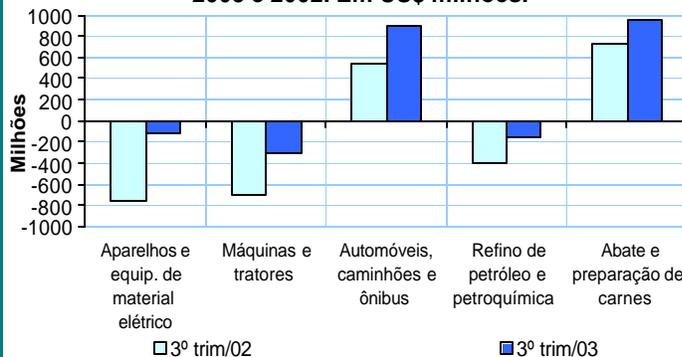
O saldo comercial no setor de fabricação de automóveis, caminhões e ônibus cresceu 68% entre o 3º trimestre de 2003 e 2002.

3.1 Saldo comercial brasileiro em trimestres selecionados. Em US\$ bilhões.



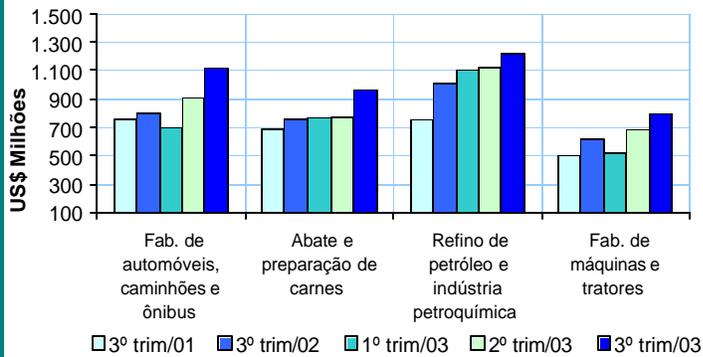
Fonte: NEIT-IE-UNICAMP a partir de SECEX.

3.2 Saldo comercial de setores selecionados, 3º trim de 2003 e 2002. Em US\$ milhões.



Fonte: NEIT/IE-UNICAMP a partir de dados da SECEX.

3.3 Setores com maior crescimento das exportações no terceiro trimestre de 2003. Em US\$ milhões.



Fonte: NEIT-IE-UNICAMP a partir de SECEX.



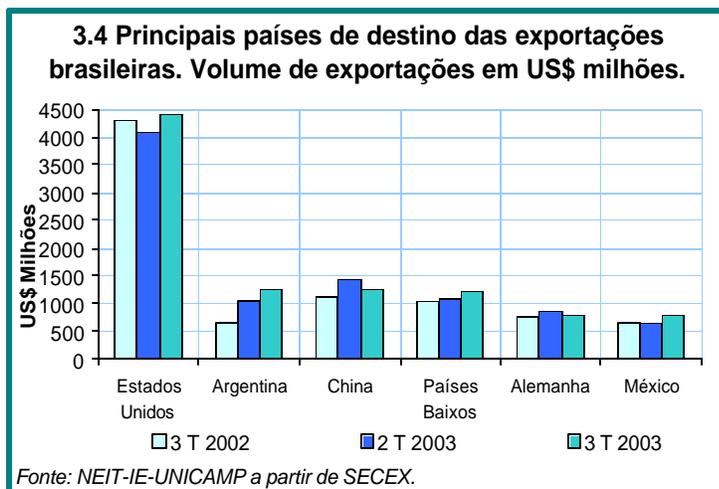
ampliaram suas exportações em relação ao segundo trimestre de 2003, evidenciando a manutenção da tendência de aumento de suas exportações.

As vendas do setor automotivo caíram 20% entre agosto de 2002 e agosto de 2003.

Uma das principais causas do aumento das exportações continua sendo o baixo nível de atividade doméstica, como exemplificado pelo expressivo crescimento das exportações do setor automotivo em comparação com a redução da demanda interna do setor.

Destino

Outro fator importante na explicação do aumento das exportações brasileiras nos últimos doze meses é a recuperação da economia Argentina, que passou a comprar do Brasil praticamente o dobro do que comprou em setembro do ano passado. As exportações para Argentina aumentaram 88,3% em relação ao 3º. trimestre de 2002, passando de US\$ 670 milhões para US\$ 1,261 bilhão, como mostra o gráfico 3.4. Os valores exportados no terceiro trimestre de 2003 cresceram 19,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior, valor superior ao crescimento médio das exportações. Tal desempenho fez com que a Argentina passasse a ocupar o segundo lugar em termos de destino das exportações brasileiras, atrás apenas dos EUA, que absorveram, neste último trimestre, US\$ 4,399 bilhões, ou 22% do valor total exportado.



A pauta de exportação brasileira para a Argentina e demais países da América Latina é preponderantemente constituída de produtos manufaturados. Dessa forma, o crescimento das exportações para esse país ajuda a explicar que o crescimento das exportações no último período esteja concentrado em produtos manufaturados, conforme ressaltado em diversas análises recentes sobre a evolução de nossas exportações

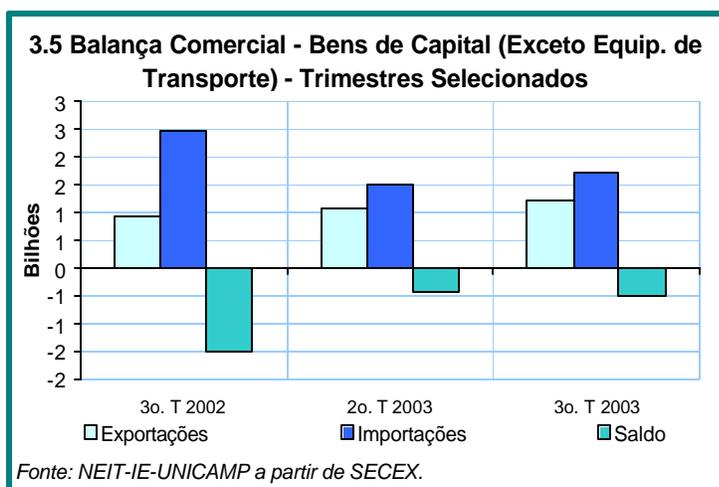
Importações

As importações apresentaram nível 6% inferior ao volume observado no terceiro trimestre de 2002, muito em função da queda de 30% na categoria Bens de Capital (Exceto Equipamentos de Transporte), bem como de uma categoria coligada, Peças e Acessórios para Bens de Capital, com uma redução de 7,1%.

As importações de bens de capital correspondem a 14% da pauta de importação brasileira.

Em relação ao trimestre imediatamente anterior as importações cresceram em média 8,9% e taxas positivas prevaleceram em 14 das 19 categorias. O setor de bens de capital (crescimento de 15%) foi

um dos responsáveis por esse aumento. Entretanto, esse crescimento foi acompanhado pelo crescimento de suas exportações. Mesmo com o significativo aumento das importações de bens de capital registrado em outubro (+30,9% em relação a outubro de 2002, incluindo equipamentos de transporte), ainda é prematuro afirmar que o aumento das compras





externas de bens de capital esteja refletindo uma retomada dos investimentos na economia brasileira, uma vez que os valores do terceiro trimestre de 2003 ainda permanecem inferiores aos do ano anterior. Na verdade, ainda não se reverteu o direcionamento desse setor para o mercado externo, derivado do baixo nível de atividade econômica nos últimos anos. A balança comercial do setor pode apresentar modificações importantes sob a hipótese de uma retomada do crescimento interno, ou seja, se forem verificadas algumas condições, como se os indicadores de produção industrial mantiverem uma tendência de crescimento nos próximos meses.

Produção Industrial

Graças à divulgação dos dados de setembro de 2003, muito se tem comentado sobre uma suposta recuperação da produção industrial brasileira. De fato, descontados os efeitos sazonais, a produção industrial cresceu 4,3% em relação a agosto, o que significou o terceiro incremento mensal consecutivo.

De fato, pode-se constatar um aumento da produção industrial de 1,5% em agosto em relação a julho. Esse aumento de produção reflete, na verdade, uma recuperação da queda da produção ocorrida durante o ano e responde ao aumento das vendas industriais. Prova disso é a evolução do índice acumulado no ano (que tem como base o mesmo período do ano anterior) no qual percebe-se que, mesmo com esse crescimento, a produção industrial de janeiro a agosto deste ano encontra-se em nível inferior ao mesmo período de 2002 (o índice alcançou o valor de 99,5 entre janeiro e agosto desse ano contra a base 100 de janeiro a agosto de 2002). Mesmo acrescentando os mais otimistas e recém divulgados dados de setembro, esta tendência pouco se reverte: no acumulado janeiro-setembro verificou-se um crescimento anual de apenas 0,1% em relação ao mesmo período de 2002.

Boa parte da explicação para o aumento da produção em agosto e setembro é puramente sazonal, derivado da proximidade com o final do ano. É provável que algum crescimento da produção se mantenha nos próximos meses por essa razão, sem que isso signifique, necessariamente, uma recuperação sustentada da economia. Corrobora com esse argumento a verificação de que foram os bens de consumo duráveis que apresentaram o maior crescimento entre julho e agosto.

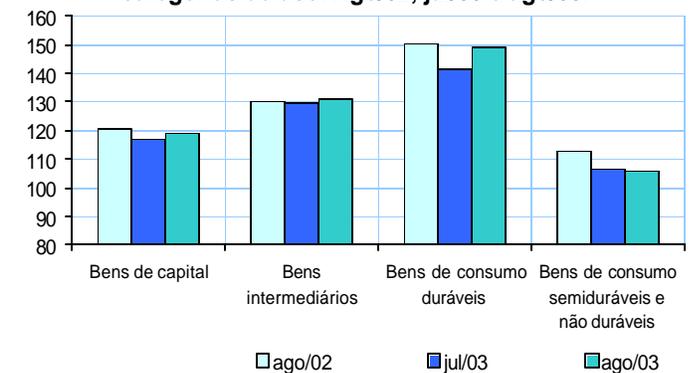
O índice de nível de atividade (FIESP) de setembro aponta a continuidade desse crescimento e uma variação significativa (5,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os setores que mais cresceram, em relação à 2002 estão o setor de material elétrico (19%) e o setor de material de transporte (14%), devido ao expressivo aumento de exportações do setor.

Esses fatores indicam uma recuperação parcial da produção industrial, pois não está vinculada a um aumento sustentado da demanda doméstica. Pelo contrário, o grande impulso ao crescimento da produção tem vindo do setor externo, além, é claro, das características sazonais desse período do ano.

As vendas reais na indústria (CNI) aumentaram 5% entre junho e agosto deste ano.

O setor de material de transporte apresentou um crescimento de 25% no INA (Fiesp) em relação a agosto e 14% em relação a setembro/02.

3.6 Evolução do índice de produção física industrial, segundo categorias de uso. Ago/02, jul/03 e ago/03.



Fonte: IBGE.

Equipe Responsável NEIT – IE - Unicamp

Coordenação Geral: Mariano F. Laplane

Coordenação: Fernanda De Negri

Pesquisadores: Joana Mostafa, Paulo Roberto S. Trajano da Silva, Rogério Frediani

Estagiários: Ana Paula de Mello, Douglas T. Simikawa, Francine A. Martins, Raphael C. Camargo, Sandra Milena T. C. Acosta, Talita M. Ribeiro, Valter Lopes Jr.